

URP durou dois anos e provocou grande confusão

A Unidade de Referência de Preços (URP) foi criada em junho de 1987 pelo Plano Bresser para reajustar salários. Calculada com base na média mensal da inflação de três meses, para reajustar os salários nos três meses seguintes, a URP causou uma série de problemas durante os 19 meses em que esteve em vigor. Responsável por um grande achatamento dos salários, o percentual gerou muitos protestos dos sindicalistas.

Só no primeiro ano de sua aplicação, ou seja, entre setembro de 1987 e setembro de 1988, a URP perdeu a corrida para a inflação em 115,49%. Os representantes dos sindicatos, na época, afirmaram que as perdas salariais só não alcançaram esse montante porque houve negociação das perdas entre empregados e patrões nas datas-base. Logo depois de sua criação foi organizada uma greve geral pela CUT, para repudiá-la.

Idealizada pelo assessor do então ministro da Economia, Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, a URP provocou ainda muitas desavenças entre ministros. O indexador terminou em janeiro de 1989, quando o presidente Sarney anunciou o Plano Verão, congelando preços e salários.

A categoria dos funcionários públicos federais foi uma das mais prejudicadas pela criação da URP, porque além da defasagem entre este índice e a inflação, o pagamento da URP ficou congelado nos meses de abril e maio de 88, por determinação do Ministério da Fazenda. Os servidores das estatais, no entanto, entraram na Justiça contra a decisão e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerou o congelamento ilegal. Os primeiros a receberem a diferença foram os empregados da Petrobrás, já que a decisão do TST foi tomada durante o julgamento do dissídio coletivo dos petroleiros, desencadeando novas ações reivindicando o reajuste.